

## Discutindo a formação de arquitetos e engenheiros para intervenção social

Maria Estela Rocha Ramos (UFBA) - [mestela@ufba.br](mailto:mestela@ufba.br)

Henrique Cunha Jr.(UFC) - [hcunha@ufc.br](mailto:hcunha@ufc.br)

### Abstract

*In the scope of projects of support offices technician the communities that live in low income quarters, in precarious constructions and of sustainable development of agricultural black communities we develop practical that in it makes them to question the formation of Architecture and Engineering for the qualification of a social intervention. The country has highest number of resultant housings of the 'self-construction' in regions without urbanization and public politics. They are national problems for which we would have to be prepared. This article approaches the conception problems, of understanding and still absent the social intervention of the resumes of graduation of the Architecture and Engineering. Which concepts and preconceptions guide the formation of the architect and the engineer? As to teach, in the formation of the engineer and the architect, to read the reality? And the organization of the knowledge as general imposition? Which meaning of implicit and explicit values in the resumes as society occidental person, market economy, neutrality e universality of the technological knowledge? Because the formations are so other people's to the reality?*

*Keywords: social intervention, organization of knowledge, inter-multi-intra-disciplinarity.*

### Resumo

*No âmbito de projetos de escritórios de suporte técnico a comunidades que vivem em bairros de baixa renda, em construções precárias e de desenvolvimento sustentável de comunidades negras rurais desenvolvemos práticas que nos faz questionar a formação de Arquitetura e Engenharia para a habilitação de uma intervenção social. O país tem elevadíssimo número de moradias resultantes da autoconstrução em regiões sem urbanização e sem políticas públicas. São problemas nacionais para os quais deveríamos estar preparados. Este artigo aborda os problemas de concepção, de compreensão e da intervenção social ainda ausente dos currículos de graduação da Arquitetura e Engenharia. Quais conceitos e preconceitos guiam a formação do arquiteto e do engenheiro? Como ensinar, na formação do engenheiro e do arquiteto, a ler a realidade? E a organização do conhecimento como imposição geral? Qual significado de valores implícitos e explícitos nos currículos como sociedade ocidental, economia de mercado, neutralidade e universalidade do conhecimento tecnológico? Porque as formações são tão alheias à realidade?*

*Palavras-chaves: intervenção social, organização do conhecimento, inter-multi-intra-disciplinaridades.*

### 1. Introdução

Nossas atividades profissionais e a nossa formação humanista nos levaram a procurar desenvolver trabalhos e atividades relacionadas a problemas sociais diversos. Um deles destes trabalhos foi a intervenção no suporte técnico a populações que vivem em condições difíceis em bairros pobres, sem infra-estrutura básica e com grandes processos de (sub) urbanização por autoconstrução levando, em muitos casos, a situações de risco (RAMOS, 2005) e

(RAMOS, 2006). Um outro trabalho está relacionado à construção de centros de cultura negra em comunidades remanescentes de quilombos, com a utilização de técnicas construtivas em taipa renovada, ou seja, com métodos e conhecimentos não usuais na formação dos arquitetos e engenheiros e nos currículos das escolas brasileiras (CUNHA Jr., RAMOS, CRUZ, 2005). Ambas as atividades implicam em leituras amplas da realidade e da definição de uma pauta de intervenção num trabalho de cooperação com as populações envolvidas.

Esta colaboração para ser efetiva, implica no respeito à cultura das populações, no aprendizado de novos conhecimentos e no redimensionamento do treino acadêmico. Uma análise ampla das nossas experiências de intervenção social e a nossa percepção de que a sociedade está apresentando novas propostas tais como economia solidária, economia de comunhão, cooperativismo, desenvolvimento sustentável, escritórios públicos de arquitetura e engenharia, grupos de engenharia voltados para intervenção social, nos cabe questionar a formação curricular dos cursos de graduação em Arquitetura e Engenharia. Como preparar profissionais para esta intervenção social? Fato é que dado o caráter das formações clássicas em curso, os profissionais sentem-se despreparados face aos problemas de intervenção social ou ainda não se sentem que estão diante de um problema que lhes compete ‘resolver’.

São estas as questões abordadas neste artigo, que organizamos iniciando pela explanação das experiências da prática profissional voltadas para a intervenção social e seguimos, a partir destas práticas, para uma breve análise dos currículos e do ensino, com visões ideológicas e universalistas, que desconsidera as especificidades das comunidades particulares ou que fazem uso deste diferencial dissimulando interesses ocultos. A realidade pode ser vista e é vista através de muitos aspectos; uma infinidade deles, pois cada um que a interpreta, o faz a seu modo, dependente dos seus saberes e poderes, dentro de determinados contextos. Diante desta proposta de novas abordagens à realidade, novos conceitos são necessários para estas novas intervenções. Pretendemos, neste artigo, salientar esta reflexão para a formação e o ensino de Arquitetura e Engenharia.

## 2. As experiências vividas como pauta para a reflexão

Diante do déficit habitacional do país de 6,6 milhões de moradias no Brasil, o que temos é a autoconstrução difundida e estabelecida como iniciativa da população em ‘resolver’ o seu abrigo. Aparte das questões estruturais e dos processos históricos, políticos, urbanísticos, econômicos, sociais e culturais que envolvem esta problemática, a autoconstrução *existe* e acreditamos que devemos estar preparados para enfrentá-la, a fim de promover melhorias significativas nos padrões de habitabilidade da população de baixa-renda.

Neste intuito, é que algumas iniciativas vêm surgindo para oferecer assistência técnica através de organizações não-governamentais, instituições filantrópicas, escritórios públicos municipais, escritórios públicos universitários. Numa destas iniciativas, participamos em várias comunidades de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Estas iniciativas são ainda ínfimas diante da realidade que temos, em que a maior parte da população urbana no país mora em favelas, ocupações e invasões, em áreas degradadas, íngremes ou alagadiças. A questão não é apenas técnica ou tecnológica. É uma abordagem que exige integração multidisciplinar e a integração dos saberes técnico e popular.

A integração multidisciplinar envolve diversos profissionais de áreas de atuação afins ou distintas, como arquitetos, engenheiros, geólogos, assistentes sociais, médicos, advogados. Os problemas muitas vezes estão multi-relacionados. Na habitação, o arquiteto pode colaborar na organização espacial, na orientação do conforto termo-acústico, na salubridade da construção, na instrução das estruturas e coberturas; numa questão de desmoroamento, onde é necessário um relatório sobre a estabilidade do solo ou de uma perícia de engenheiro; num caso de

remanejamento de moradia, a presença do assistente social; ou para a titulação dos imóveis, a acessória jurídica dos advogados. Esta atuação abrangente dos profissionais deve ser somada à iniciativa das populações que detém o saber popular, o ‘saber-fazer’, ainda pouco valorizado pelo meio acadêmico, que é responsável por todo este estoque de moradias e que está se tornando a forma de morar de grande parte da população brasileira (RAMOS, 2005).

Nas experiências em áreas rurais, com a construção dos centros de cultura negra em comunidades remanescentes de quilombo em regiões isoladas (interior do Ceará, divisa com o Piauí) atuamos sob a mesma ótica, considerando, é claro, um outro contexto, outras visões de mundo, outro ‘saber-fazer’. Estas comunidades utilizam para suas moradias a técnica tradicional da taipa, perpassada de geração em geração através da história oral e da prática. A esta técnica incorporamos novas tecnologias através das discussões com as comunidades para descobrir os problemas e as soluções numa troca de saberes. Denominamos, então, de taipa renovada. A taipa utilizada nas moradias era, antes, construída de forma precária e pode, portanto, obter qualidade construtiva, conforto termo-acústico (inerente à técnica) e, além disso, está alinhada com a questão ambiental, e ainda outras qualidades.

Através destas experiências de projetos comunitários com estreita interação entre a comunidade e o corpo técnico, pudemos avaliar o quanto esta interação é saudável tanto para o meio acadêmico-científico quanto para a comunidade, podendo estender-se à sociedade como um todo. Na proposta da intervenção social podemos abrir mão de tomar decisões baseadas apenas nos processos racionais e tecnocráticos, respondendo a formulários e requerimentos. Podemos permitir a “tomada de decisões que estejam relegadas ao inconsciente”, segundo as palavras de Fathy (1980). O sensível pode ser um dado a mais a ser incorporado nas nossas atividades.

Na necessidade de reconciliar análise e ação, a demanda de necessidades sociais torna-se pesquisa acadêmica e uma pesquisa acadêmica deve ser confirmada na prática social. Se a universidade busca caminhos para o progresso da sociedade, o que impede que este avanço aconteça?

### 3. A ideologia do currículo universalista

O questionamento proposto envolve as abordagens para intervenção social na formação do ensino da Arquitetura e Engenharia, ao mesmo tempo em que questiona a quem estes profissionais estão a serviço. Qual é o sentido destas disciplinas? O desenvolvimento das técnicas e tecnologias alcança a sociedade de que forma? Estes questionamentos ainda não têm respostas, pois devem ser uma posição comum ou pelo menos de uma grande parte do corpo de profissionais para que se tenha peso e possam, de fato, trazer mudanças na estrutura e no processo social.

O ensino está voltado para um suposto mercado capitalista, gerido pela competição dos mais aptos para os papéis econômicos e que exclui as comunidades particulares como associações de bairros, cooperativas, grupos rurais, associação de favelados, comunidades de terreiros, comunidades de quilombos e nações indígenas, grupos de ciganos. Enfim, um número infinito de comunidades específicas que fogem ao perfil ideal do urbano, de uma relação com os projetos formais e de desenho normalizados por uma prática universal, com conceitos e conteúdos de classes médias e altas e de instituições públicas e privadas.

Estamos imersos num pensamento científico cartesiano de cultura européia, greco-romana e da estética ocidental. Pensamento que dentro de uma ótica da universalidade do Ocidente se impõe aos diversos grupos sociais nas diversas sociedades. O interesse dos seres humanos está sujeito a uma variedade de interpretações, dependendo de que setor da sociedade que

estamos tratando. Os cientistas, intelectuais e pesquisadores estão passíveis de avaliar e interpretar a realidade diante de seus modos de vida, numa linguagem estética formalizada e codificada nas formações universitárias. Há uma tendência no Ocidente, em que as ciências são muito atraídas para os modos de vida da classe média, agindo de interesse para este grupo mais do que para os interesses da sociedade como um todo. Além disso, as pesquisas também são envolvidas no processo de patrocínio por aqueles que possuem o controle pensamento hegemônico; a coalizão de indústria e governo também afeta fortemente a atividade científica e reflete numa orientação de manipulação e controle (HARVEY, 1980).

Os que detêm o controle e manipulação da sociedade são sutis em manter seus interesses. Harvey (1980) atenta que a organização do conhecimento foi produzida para satisfazer a necessidade primária de perpetuar a sociedade em seu estado atual. O conhecimento é difundido como apologia ao *status quo* e com formulações de caráter inerentemente conservador que funcionam para frustrar a investigação de alternativas capazes de promover uma mudança profunda na estrutura. A divisão do conhecimento leva o corpo político a dividir e a dominar tanto quanto se concebe a aplicação do conhecimento. Neste raciocínio, os estudos inter, multi e intra-disciplinares são potencialmente revolucionários no sentido de relacionar de forma mais ampla os problemas e as suas origens e que são multi-relacionados. Ao descentralizar as suas disciplinas, os acadêmicos estarão mais aptos a compreender e participar do processo social.

Existe uma formação de currículo oculto nas formações universitárias que justifica a eficiência e eficácia das relações capitalistas, transformando as relações capitalistas como patamar único de reflexão para pensar a intervenção nos projetos de arquitetura e engenharia. A lógica capitalista é um dado único de nossas formações universitárias, servindo como instrumento que racionaliza as lógicas projetuais e determina ou limita as possibilidades de intervenção profissional de arquitetos e engenheiros. Estes currículos, ocultos e explícitos, têm o signo da universalidade; são definidos como universais e podem ser compreendidos como uma síntese perfeita do pensamento de toda a humanidade. Escondem o sentido dado à universalidade aos conteúdos de uma visão euro-americana, capitalista de mundo. As possibilidades de conhecimento dos grupos sociais variados e de culturas variadas ficam invisíveis pela formulação dada pelos currículos atuais, baseada numa síntese racionalista do pensamento ocidental, greco-romano, euro-americano.

#### 4. Como se dá a leitura da realidade?

Segundo as palavras de Cunha Jr. (2003), “ver a realidade não implica em encará-la como real, compreendê-la, discuti-la e até mesmo intervir, nos seus aspectos objetivos e subjetivos”. A realidade é vista sob diversos olhares e, claro, estes olhares não abrangem todo o universo real. Numa pesquisa que desenvolvemos registrando as expressões de grafismos Hip Hop em diversas cidades brasileiras, constatamos que é cada vez mais presente a percepção dos grupos afrodescendentes relativa às favelas. Este exercício está presente na auto-representação dentro da cidade, de uma leitura da cidade e da realidade através da ótica do excluído, do marginalizado, consciente de sua condição (CUNHA Jr, RAMOS, 2006).

A estética deste urbano é a dos morros, de empilhamento, da sobreposição, numa ordem própria de casas, sobrados e prédios, lajes, telhados, acessos, caminhos, fios trançados dos ‘gatos’ das instalações elétricas, das tv’s a cabo, dos formatos côncavos das antenas parabólicas, dos tracejados das escadarias nas encostas escarpadas, pipas, armas. Por outro lado, a cidade é vista pelas suas torres de edifícios envidraçados, controlados, fechados em si mesmos, como podemos observar nas figuras 01 e 02.





Figura 01 - Painel Grafite (Rio de Janeiro - Dez / 2005)

*"O retrato da favela tem uma só imagem, mas cada olho tem a sua interpretação para essa imagem".*



Figura 02 - Painel Grafite (Salvador - Junho / 2006)

*"A realidade só conhece quem vive nela"*

Quando o arquiteto e professor americano Robert Venturi elaborou uma pesquisa com seus alunos excursionando pela cidade de Las Vegas, ele tentou apreender aquela arquitetura das fachadas, da comunicação de massa, com suas placas comerciais e seus letreiros luminosos. Seu argumento central é de que os arquitetos podem aprender muito com o estudo das paisagens populares e comerciais, mais do que com a perseguição de ideais doutrinários, teóricos e abstratos. "Aprender com a paisagem existente é uma maneira de um arquiteto ser revolucionário" (VENTURI, 1972).

A discussão aqui não é atribuir valores a este ou aquele tipo de arquitetura, mas salientar que podemos abstrair ao modelo imposto e tentar apreender, analisar e perceber a arquitetura real,

a cidade real, a construção da ‘cidade como ela é’ para entender o seu processo de crescimento e ‘evolução’.

Enfim, temos dificuldade em ler novas decodificações. Nossa leitura é formalizada, institucionalizada. Possuímos uma racionalidade cartesiana e uma geometria euclidiana na maneira de ver, de ler e de pensar a realidade. Quando surge uma estética incomum, uma geometria caótica, as idéias são afastadas por não estarem estabelecidas. Partimos de visão da cultura acadêmica, com base na concepção eurocêntrica, apoiada numa “formação da concepção hegemônica de desenvolvimento e planejamento de um modelo da tecnociência” (RIBEIRO, 2005).

5. Quais conceitos seriam necessários serem introduzidos para facilitar a intervenção?

Os conceitos e temas de uma nova realidade social precisariam compor os novos currículos. Parece precipitado num assunto novo estarmos propondo bases curriculares, mas se faz necessário a utopia para produção do debate, em suas construções e desconstruções. Face as nossas experiências e em função das lacunas de formação que temos observado, pelo menos quatro conceitos poderiam nortear as disciplinas curriculares para formação propositiva para uma intervenção social. Estas são economia solidária, capital social e desenvolvimento social, ética e responsabilidade social e práticas de leituras da realidade.

a) Economia solidária

As formas de cooperativismo e de sobrevivência em comunidades têm estimulado o aparecimento de uma nova forma conceitual de economia solidária. As economias solidárias se dão em produções de pequena escala e em grupos, com um alto grau conscientização e motivação, movidos por princípios éticos e valores de compaixão e solidariedade. Estes grupos são possuidores de uma base material.

A economia solidária se dá em oposição ao sistema de competição, ao autoritarismo, à administração centralizada de uma só via sem a participação do consumidor. O consumidor é um participante da economia solidária. Ela exige a participação de todos com elevado senso de cidadania e autonomia.

A economia solidária é resultado de uma proposta de reorganização social e política. Aparece como rebeldia ao atual sistema de mercado competitivo. Emprega idéias de autonomia e autogestão. Enquanto a economia capitalista prioriza a competição, a acumulação e os lucros, os requisitos de justiça social, a preservação do meio ambiente e a realização das pessoas ficam esquecidos.

Segundo Oliveira (2005), a engenharia solidária tem levado preocupação às áreas de engenharia a voltarem esforços para suprimento das necessidades técnicas e científicas dos grupos sociais que precisam de suporte técnico e que não estão incluídos nos grandes mercados.

b) Capital social e desenvolvimento social

A idéia de capital social tem sido pensada pelos economistas como um conceito inovador que vai além dos recursos naturais dado pelo espaço geográfico, do capital construído como a infra-estrutura e equipamentos, do capital financeiro e do capital humano dado pela educação, saúde e informação. O capital social está relacionado com a estrutura social e com os conceitos de solidariedade e negociação dos conflitos sociais.

Temos em Putnam (1994) uma descrição dos atributos do capital social. Neste, fica ressaltado o grau de confiança existente entre os diversos atores sociais, as suas capacidades de associativismo e de respeito às normas sociais. No capital, o espaço público e os bens comuns são resultados do comportamento cívico dos indivíduos. Nós temos desenvolvido nos currículos apenas as modalidades de capital natural, físico, financeiro e

humano. Caberia avançar em direção ao capital social tendo este fundamento das relações entre os atores sociais que estabelecem reciprocidade, obrigações e expectativas mútuas, estimulando a confiabilidade nas relações sociais que aceleram o fluxo de informações internas e externas. As redes de cooperação profissional e a intervenção social dos profissionais de Arquitetura e Engenharia ficam justificadas em termos da criação deste capital social.

O capital social funciona como um requisito para o desenvolvimento social sustentável e tem como um dos ingredientes a questão da cultura e do respeito às diferenças culturais, como afirma Arizpe (1998). O fortalecimento e a mobilização das culturas tradicionais podem exercer um papel importante nas políticas e projetos que visem a superação do estado de pobreza e a integração de populações marginalizadas ao desenvolvimento equilibrado. A cultura é um fator de identidade e de integração que leva as populações, mesmo que em situação de desprovimento dos bens materiais disporem de conhecimentos e de ânimo, para a procura do desenvolvimento social equilibrado, sendo um fator essencial de participação social.

A retomada de padrões tradicionais, como a preparação de alimentos, elaboração de produtos de artesanato, cantos e danças, pode funcionar como elemento-chave na reconstrução da identidade coletiva e do capital social. Processos de intervenção social devem visar prioritariamente o resgate da auto-estima dos grupos e populações marginalizadas. A criatividade e a cooperação são dependentes da cultura.

c) Ética e responsabilidade social.

A sociedade se organizou na ética da mais valia e na competição entre iguais. O espírito do capitalismo se ajustava à ética da individualidade das revoluções burguesas. Entretanto, os problemas hoje superam as possibilidades de soluções. A vida está, constantemente, por um fio e as transformações são urgentes. Entretanto, estas exigem uma reavaliação do pensamento e da reutilização do conhecimento. O tema de uma nova ética social e da responsabilidade social dos diversos setores da sociedade com a vida e com as condições de vida é um tema novo e traduz uma resposta à necessidade de mudança da sociedade.

A ética, enquanto uma reflexão científica e filosófica, estuda os costumes e normas de comportamento. Podemos dizer que os valores éticos podem se transformar, assim como a sociedade se modifica. Entendemos que os valores éticos variam de cultura para cultura, com os grupos sociais e com os períodos históricos. No entanto, a ética deve preocupar-se com as formas humanas de resolver as contradições entre necessidade e possibilidade, entre tempo e eternidade, entre o individual e o social, entre o econômico e o moral, entre o corporal e o psíquico, entre o natural e o cultural e entre a inteligência e a vontade. (VALLS, 1996).

O universo das corporações já iniciou uma revisão da sua ética e tem desenvolvido ações preocupadas com o social e com preservação do bem comum, da natureza e dos recursos naturais. Existe no âmbito destas corporações certa consciência da necessidade em criar novas formas de conduta. Isto criou um movimento pela ética e pela responsabilidade social das empresas (ASHLEY, 2002). Estas experiências das corporações buscam perfazer uma realização social que passa por um sistema de análise da realidade, uma prática de justificativa das suas ações e um currículo disciplinar que ensina sobre a ética e a responsabilidade social. Este currículo precisa ser partilhado com as formações de engenheiros e arquitetos.

d) Práticas de leitura da realidade e da intervenção social

A realidade é percebida pelos olhares formados pelos treinos sociais. Os currículos atuais treinam os olhares para o consumo capitalista de classes média e alta para sociedade de consumo das tecnologias formais, aquelas que obedecem a normas científicas pré-

estabelecidas pela cultura tecnológica. A leitura da realidade pode funcionar com laboratórios que fazem leituras das realidades estruturadas por idéias que escapam ao campo do conhecimento formal. Estes laboratórios teriam a função de mostrar que outros grupos leiam a realidade de sua forma e interferiram dentro da sua criatividade. Um exemplo marcante destas leituras da realidade está na arte pública do grafismo Hip Hop.

Da possibilidade de novas leituras da realidade surge também a possibilidade da procura de processos novos de intervenção. Estes processos e conceitos também estão passíveis de serem manipuláveis e estar atento é uma premissa para antecipar-se às forças dirigentes.

## 6. Considerações finais

A realidade é real e não tem obstáculo para a imaginação para a proposição de possibilidades de interpretação e que resultaria numa diversidade de perspectivas de intervenções. No entanto, o real é visto como caótico, disforme e impossível. Por vezes, é visto como inatingível pelos profissionais de Engenharia e Arquitetura.

A sociedade brasileira é profundamente desigual, construída sobre uma variedade e imensidão de problemas sociais. A formação tradicional dos arquitetos e engenheiros pensa o conhecimento, a tecnologia e o processo projetual em base incompatíveis com a realidade brasileira, se não incompatível, pelo menos alienada à realidade brasileira. Os nossos problemas sociais permanecem como desconectados da prática possível, dado às formações clássicas das nossas universidades e escolas tecnológicas.

A natureza dos problemas sociais tem encontrado na sociedade novos ciclos de abordagem e uma diversidade de propostas de encaminhamento de solução. Estas abordagens têm realizado muitos trabalhos através de associações de moradores e de organizações não-governamentais. No entanto, carecem de profissionais de Arquitetura e Engenharia. Mesmo os profissionais interessados têm dificuldade em formular as suas propostas de intervenção e solução.

Neste artigo, estas dificuldades de trabalho dos profissionais de Arquitetura e Engenharia são vistas como consequência de diversos fatores, sendo de importância aquele que dá aos currículos uma fundamentação universalista, ligada aos interesses de grupos sociais hegemônicos. A possibilidade de ruptura da visão destes profissionais e de uma melhor adequação às necessidades da realidade brasileira deve ser proposta desde a formação universitária, nas áreas delimitadas pelo currículo. A problemática curricular recebe como contribuição a sugestão inicial de extensão em quatro disciplinas de formação geral.

No encaminhamento das idéias, salientamos a necessidade de abertura de uma nova postura profissional que deve ser desenvolvida no ensino de graduação e nos exercícios práticos desta formação. Via de regra, os profissionais de engenharia e arquitetura saem das escolas sem uma visão dos problemas da população brasileira e sem uma informação de como proceder nos casos de trabalhos comunitários. Os trabalhos com comunidades podem ser vistos como um campo rico de entendimento e de estágio durante a formação profissional na graduação para promover um maior contato com a realidade brasileira. Nesta pauta o problema que se destaca é o da formação do olhar e das dificuldades de leitura da realidade.

A premissa, portanto, não é criar oposições de idéias e sim provocar uma interação entre os diversos modos de ver a realidade, o que é próprio dos grupos sociais e integrar diversas culturas, por onde poderiam desenrolar tantas outras formas de intercâmbio, de influência mútua para construir uma sociedade mais parecida com ela própria e menos agressiva.



## Bibliografia

- ARIZPE, L. 1998. *La cultura como contexto del desarrollo*. In: El desarrollo econômico y social en los umbrales del siglo XXI. Emmerij, L. et al (org). Washington DC: BID.
- ASHLEY, P.A. 2002. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva.
- CUNHA Jr, H. 2003. *Ver Vendo*. In: O Tear africano: contos afrodescendentes. São Paulo: Selo Negro.
- CUNHA Jr, H, RAMOS, M. E. R. 2006. *Arte Hip Hop e a percepção do urbano autoconstruído*. CD-Rom: Seminário I Arte e Cidade. Salvador: PPG-AU/UFBA.
- CUNHA Jr, H, RAMOS, M.E.R. CRUZ, N. 2005. *Projeto Centro de Cultura na Comunidade Rural Negra de Bom Sucesso*. CD-Rom: II ENEDS. Rio de Janeiro: SOLTEC/UFRJ.
- FATHY, H. 1980. *Construindo com o povo: arquitetura para os pobres*. São Paulo: Salamandra / Ed. USP.
- HARVEY, D. 1980. *A Teoria Revolucionária e Contra-Revolucionária em Geografia e o Problema da Formação do Gueto*. In: A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Ed. HUCITEC.
- OLIVEIRA, R. 2005. *Há muito de Política na decisão técnica*. In: Lianza, S. / Addor, F. (org.) Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- PUTNAM, R. 1994. *Para hacer que la democracia funcione*. Venezuela: Galac.
- RAMOS, M. E. R. 2005. *Autoconstrução e Ensino da Arquitetura: uma discussão voltada para territórios de maioria afrodescendente*. Anais do XVII EPENN. Belém: UFPA.
- RAMOS, M. E. R. 2006. *Espaços Urbanos, Auto-Construção e População Afrodescendente*. Pesquisa para Dissertação de Mestrado. Salvador: PPGAU/UFBA.
- RIBEIRO, A. C. T. 2005. O desenvolvimento local e a arte de ‘resolver’ a vida. In: Lianza, S. / Addor, F. (org.) Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- VALLS, A. 1996. *O que é ética?* 9ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- VENTURI, R. IZENOUR, S. BROWN D. S. 1972. *Learning from Las Vegas*. Massachusetts: MIT.